

Avaliação de Políticas Públicas

Profa. Dra. Claudia Souza Passador
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Ribeirão Preto, FEA-RP/USP

OBJETIVO DA AULA

Na perspectiva do Estado de Direito, o objetivo dessa aula é explanar sobre a construção do marco teórico de avaliação de políticas públicas sociais e as tendências da área no Brasil e no mundo.

Contrato Social

- Renascimento;
- Iluminismo;
- Revolução Francesa;
- Revolução Industrial.

ESTADO DE DIREITO MODERNO

Foco: Avaliação



- ✓ Busca por modelos articulados de desenvolvimento: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Roteiros para monitoramento e avaliação;
- ✓ Tendências internacionais de fortalecimento das ações de avaliação de políticas públicas;
- ✓ Vários organismos internacionais apoiam a prática da avaliação no dia-a-dia dos gestores.



Fonte: PNUD (2016); ONU (2016); EVALPARTNERS (2016); OECD (2002); BILELLA et al. (2016).



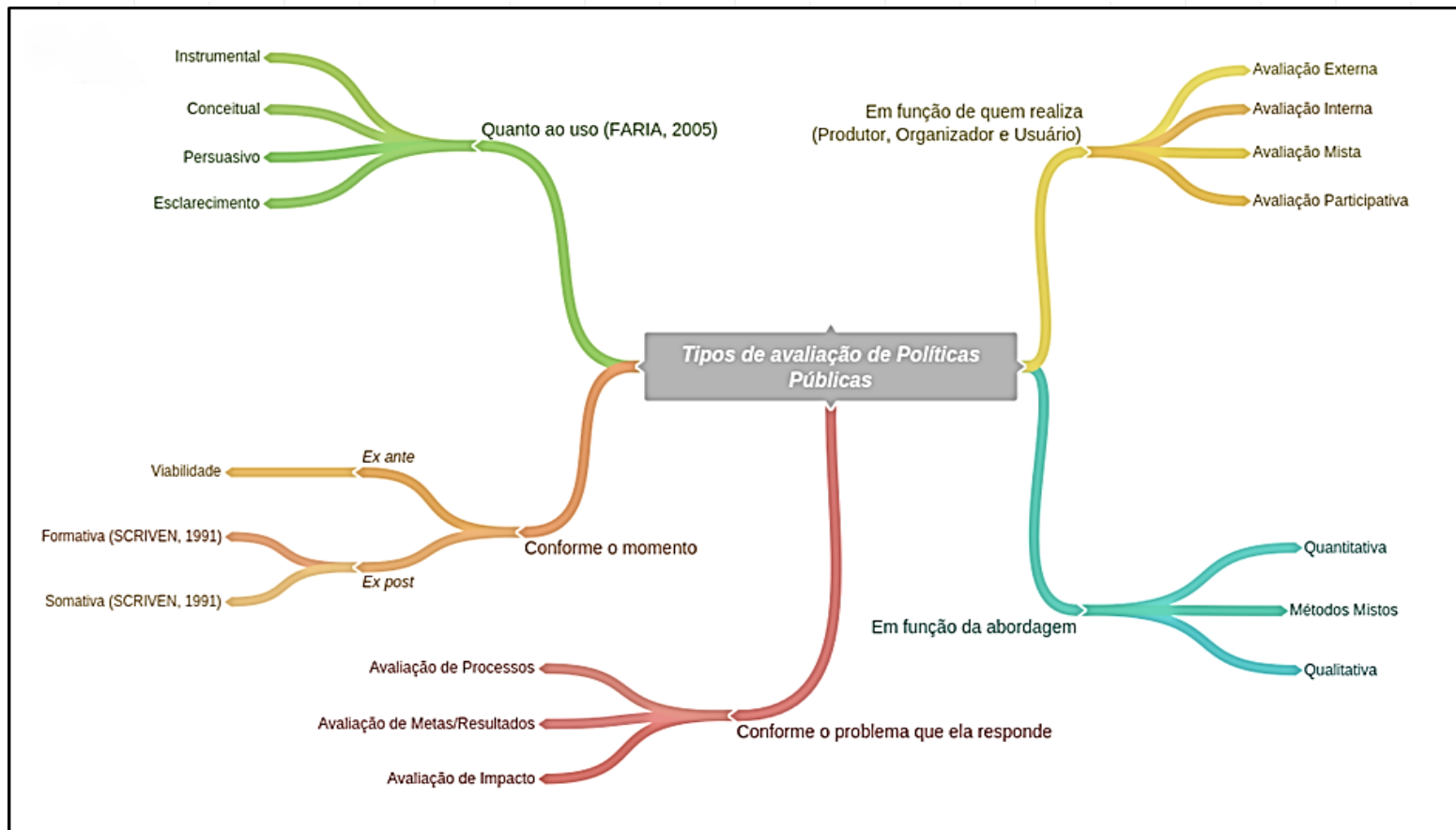
A avaliação das ações é uma ferramenta crucial para o aperfeiçoamento e o avanço das políticas públicas sociais. Diante da busca por modelos articulados de desenvolvimento, o tema vem ganhando espaço nas discussões em todo o mundo, principalmente após o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU que, inclusive, elabora uma série de materiais para a construção de uma cultura de avaliação. Assim, diante de recorrentes crises políticas e econômicas e recursos financeiros e humanos escassos, vários organismos ao redor do mundo estão desenvolvendo metodologias, instrumentos e sistemas informacionais que auxiliem gestores a utilizar a avaliação das ações no dia a dia, a fim de melhorar a eficiência e a efetividade das políticas públicas.

Estudos sobre Avaliação

- 1ª Onda: “a onda orientada para a ciência” – (1950-1960) – Países reformistas (*Welfare State*) – acompanhar as reformas realizadas – racionalidade.
- 2ª Onda: “onda orientada para o diálogo” – (1970) – Avaliações pluralistas, com inserção de atores e crescimento de abordagens qualitativas.
- 3ª Onda: “onda neoliberal” – (1980-1990) - foco na redução do Estado, promoção do livre mercado e de parcerias público-privadas. Modelo de gestão: *New Public Management* (NPM).
- 4ª Onda: “onda da evidência: o retorno da experimentação” – (1990-2000) - estudos com abordagens experimentais, ou quase experimentais, verificação dos impactos causados pela política ou programa público.



VEDUNG (2009) “Four waves of evaluation diffusion”.



Estudos realizados

Revisão Bibliográfica

Avaliação de
políticas públicas

Bases de dados
nacionais e
internacionais

Revisão Integrativa

Revisão
Sistemática

Identificação de
Lacunas Teóricas e
Evolução no
Estudo

**Descritores: “Public Policy” AND “Evaluation” e
“Evaluation of Public Policy”.**

Filtros:

- (1) Descritores presentes em: Título, Resumo e Palavras-chave;**
- (2) Tipo de documento: artigos;**
- (3) Data de Publicação: após 2010;**
- (4) Grande área: Social Science & Humanities;**
- (5) Sub-áreas: Business, Management and Accounting;**
- (6) Artigos Open Access e disponíveis para download completo.**

A maioria dos artigos (79%) diz respeito a estudos avaliativos segundo programas/projetos de um país. Observa-se, em um primeiro momento, que essa informação se assemelha aos objetivos de fortalecimento da função avaliativa preconizada na literatura, em consonância com as práticas do PNUD (2015). Não obstante, é possível notar uma parcela dos estudos que realizaram avaliações com múltiplos países, comparando nações de um mesmo continente, pertencentes à União Europeia e à OCDE, além de comparações aleatórias (CHOU; SHAO; LIN, 2012; DENSKUS, 2012; GUENDEL, 2012; GUIMÓN, 2012; HIRSCHAUER; LEHBERGER; MUSSHOF; 2015; LEENDERS; ELIASHBERG, 2011; RAMOS et al., 2014; SHI; LAI, 2013; SWARTZ; MIAKE; FARAG, 2012; TORRES-DELGADO; PALOMEQUE; VONORTAS, 2013; BACH, 2012).

Nota-se que uma parcela significativa (42%) dos estudos se apoia em abordagens quantitativas, fato também encontrado por Crumpton et al. (2016) em seu estudo comparativo entre Brasil e EUA. É possível relacionar a revisão integrativa com a “onda da experimentação científica” proposta por Vedung (2010) e confirmada por Picciotto (2015).

Já no contexto dos Periódicos Capes, constata-se o inverso, com uma parcela maior (58%) de estudos com abordagens qualitativas. No caso brasileiro, grande parte dos artigos selecionados aborda políticas ou programas de caráter local, o que justifica a escolha por estudos qualitativos, por considerar mais flexíveis as complexidades e especificidades de cada política ou programa avaliado. Pode-se sugerir que as bases de dados públicas apresentam problemas de confiabilidade, com informações faltantes e descontinuidade na produção de indicadores, o que pode contribuir para a baixa adesão a estudos quantitativos (SILVA et al., 2013; DELGADO, 2012; ARAÚJO; POSENATTO, 2012; LOPES; TINÔCO; SOUZA, 2011; ASSIS et al., 2012; FERNANDES et al., 2012; LIMA; VILASBÔAS, 2011).

Método de Pesquisa dos artigos

Em relação ao método de pesquisa, pode-se observar um número maior de estudos com ferramentas estatísticas ou econométricas e o uso de métodos mistos. Já no contexto do periódico CAPES, destaca-se as pesquisas documental e bibliográfica, por se tratar na maioria de estudos qualitativos.

Foco da pesquisa nos artigos

No tocante ao foco da pesquisa, a Figura 10 demonstra que 49 artigos avaliam uma política ou programa, 34 propõem um modelo de avaliação e 19 tratam da revisão de modelos avaliativos. Como se pode deduzir, existe, no meio acadêmico, o fortalecimento do estudo da avaliação, com vistas a buscar as melhores práticas e teorias, contribuindo de forma substancial com a criação de uma “cultura” avaliativa que abarque todas as complexidades e especificidades de cada política ou programa em questão (CARVALHO, 1999; PNUD, 2016).

Em consonância com a literatura pesquisada, na Figura 11 se observa um grande número de pesquisas (78 artigos) que medem o impacto ou desempenho (resultado). Situados principalmente na onda de experimentação científica e com o papel de legitimação, tendem a fornecer informações aos tomadores de decisão e à sociedade civil, sob um prisma mais abrangente, com foco na medição dos efeitos gerados por determinada política ou programa na vida da população-alvo (DERLIEN, 2001; VEDUNG, 2010; PNUD, 2015).

Análise dos Resultados

Descrição

Autores

Estudos que envolvam múltiplos países

CHOU; SHAO; LIN (2012); GUIMÓN (2011); SWARTZ; MIAKE; FARAG (2012); BACH (2012); PNUD (2016); EVALPARTNERS (2015); BILELLA et al. (2016)

Utilização da abordagem de métodos mistos

ATTANASIO (2014); BITLER; KAROLY (2015); BLOCH et al. (2014); EVALPARTNERS (2015).

Estudos avaliativos que combinam duas ou mais políticas públicas sociais

FENWICK; MACDONALD; THOMSON (2013); HIRSCHAUER; LEHBERGER; MUSSHOFF (2015); SABOL; CHASE-LANSDALE (2015); WEISS; BLOOM; BROCK (2014); ARAÚJO; POSENATTO (2012); LIMA; VILASBÔAS (2011); SILVA et al. (2013); COSTA; CAVALCANTI; SILVA (2013); PNUD (2016).

Fortalecimento, capacitação e estruturação das práticas avaliativas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento

FENWICK; MACDONALD; THOMSON (2013); GUENDEL (2012); WAGNER; PELLEGRINI FILHO (2011); BACH (2012); ASSIS et al. (2012); FERNANDES et al. (2012); VAZ (2011); PNUD (2016); BILELLA et al. (2016).

Análise dos Resultados

Descrição	Autores
Utilização dos resultados das avaliações para informar e melhorar as políticas públicas	ATTANASIO (2014); BLOCH et al. (2014); CHOU; SHAO; LIN (2012); SWARTZ; MIAKE; FARAG (2012); DELGADO (2012); ASSIS et al. (2012); FERNANDES et al. (2012); LIMA; VILASBÔAS (2011); COSTA; CAVALCANTI; SILVA (2013); PNUD (2016); EVALPARTNERS (2015); BILELLA et al. (2016).
Avaliações participativas – contemplação de todos os atores envolvidos (gestores, tomadores de decisão, formuladores, implementadores, executores e beneficiários)	DENSKUS (2012); RAMOS et al. (2014); ASSIS et al. (2012); FERNANDES et al. (2012); LIMA; VILASBÔAS (2011); EVALPARTNERS (2015); BILELLA et al. (2016).

Lacunas Teóricas – Revisão Integrativa

1. Estudos que envolvam múltiplos países;
2. Utilização da abordagem de métodos mistos;
3. Estudos avaliativos que combinam duas ou mais políticas públicas sociais;
4. Fortalecimento, capacitação e estruturação das práticas avaliativas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento;
5. Utilização dos resultados das avaliações para informar e melhorar as políticas públicas;
6. Avaliações participativas – contemplação de todos os atores envolvidos (gestores, tomadores de decisão, formuladores, implementadores, executores e beneficiários).

Considerações Finais

- Diferenças na condução das avaliações em diferentes países, principalmente entre os desenvolvidos e os em desenvolvimento;
- Busca por modelos articulados de desenvolvimento: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- Aumento dos estudos comparativos e compartilhados entre os países pertencentes à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) e o exemplo do Projeto SOPHIE na União Europeia.
- Na América Latina, percebe-se uma busca crescente por ações avaliativas para o fortalecimento e a melhoria das políticas públicas adotadas na região, principalmente relacionadas com o enfrentamento das vulnerabilidades sociais – ReLAC, EvalPartners, UNICEF, IOCE.
- Esforço brasileiro, principalmente das instituições e da academia, para criar e fortalecer sistemas de avaliação das políticas públicas: com estruturação de dados, capacitação dos avaliadores, utilização dos resultados na tomada de decisão e transparência das ações.

Perspectivas para o futuro na Pesquisa, Ensino e Extensão

1. Estudos que envolvam múltiplos países (parceria com a Universidade de Roma e Comunidade Europeia: Caso das Políticas para Faixa de Fronteira no Brasil e na Europa e Saúde Pública).
2. Utilização da abordagem de métodos mistos alinhados com estudos avaliativos que combinam duas ou mais políticas públicas sociais (Bolsa produtividade CNPq: Doenças endêmicas e Investimentos em Meio Ambiente; Doença mental, Esporte e Cultura na Universidade de São Paulo).
3. Utilização dos resultados das avaliações para informar e melhorar as políticas públicas (Convênio GPUBLIC, IPEA e IEA. Rodas de Conversa com os Ministério através da Cátedra da ENAP).

OBRIGADA

Contato:

cspassador@usp.br